



Núcleo Interdisciplinar de Estudos e  
Pesquisas sobre Marx e o Marxismo

## Marx e o Marxismo 2013: Marx hoje, 130 anos depois

Universidade Federal Fluminense – Niterói – RJ – de 30/09/2013 a 04/10/2013

TÍTULO DO TRABALHO			
As crises na dinâmica histórica do capitalismo: algumas considerações a partir da obra de Karl Marx			
AUTOR	INSTITUIÇÃO (POR EXTENSO)	Sigla	Vínculo
Demian Bezerra de Melo	Doutor em História pela UFF e professor substituto do Instituto de História da UFRJ	IH-UFRJ	Substituto
RESUMO (ATÉ 20 LINHAS)			
Qual a relação entre o fenômeno recorrente das crises capitalistas e a perspectiva do fim deste modo de produção? E como essa questão foi tratada ao longo da obra de Marx? Seria mesmo este o autor de uma “teoria do colapso”? O propósito deste artigo é discutir a evolução das ideias de Marx acerca desta questão, especialmente do que se encontra em sua obra madura, cujo marco é a redação dos <i>Grundrisse</i> , escrito sob o impacto da primeira crise mundial do capitalismo (1857-1858).			
PALAVRAS-CHAVE (ATÉ TRÊS)			
Crise, capitalismo, Karl Marx, história			
ABSTRACT			
What is the relationship between the recurring phenomenon of capitalist crises and the prospect of the end of this mode of production? And how this issue was addressed throughout the work of Karl Marx? Is he really an author of a “collapse theory”? The purpose of this article is to discuss the evolution of the ideas of Marx on this issue, especially what is in his mature work, whose landmark is the writing of the <i>Grundrisse</i> , written under the impact of the first global crises of capitalism (1857-1858).			
KEYWORDS			
Crisis, capitalism, Karl Marx, history			
EIXO TEMÁTICO			
Historicidade do e no pensamento de Marx			

“A atual crise financeira global parece estar aumentando a busca por obras de um dos mais conhecidos e ferozes críticos do capitalismo: o pai do comunismo, Karl Marx.

A editora alemã Karl Dietz, dedicada a livros de pensamento de esquerda disse já ter vendido, neste ano, 1,5 mil cópias da obra mais famosa de Marx, *O Capital*, escrita em 1867.

Só no mês passado foram vendidas 200 cópias, o mesmo número que, no passado, costumava ser vendido em um ano.”<sup>1</sup>

<sup>1</sup> “Crise aumenta a procura por obras de Karl Marx na Alemanha.” *BBC Brasil*, 20 de outubro de 2008. Disponível em [http://www.bbc.co.uk/portuguese/reporterbbc/story/2008/10/081020\\_marxvendas\\_mp.shtml](http://www.bbc.co.uk/portuguese/reporterbbc/story/2008/10/081020_marxvendas_mp.shtml) (acessado em 21 de março de 2013)

A profundidade da crise que atingiu o centro do capitalismo global desde 2008 trouxe mais uma vez o interesse pela obra de Marx, logo tratado pela mídia como um anunciador do “fim inevitável do sistema”. E, de fato, os dados referentes ao impacto da recessão global não parecem nada animadores para seus defensores mais empedernidos, com uma dívida pública mundial com um crescimento da ordem de 65% desde o início da crise (algo em torno de US\$ 49 trilhões), segundo dados compilados pelos insuspeitos *The Economist* e o FMI.<sup>2</sup> Quanto ao desemprego, os índices alarmantes na zona do euro, em economias que até ontem eram apresentadas como exemplo da aplicação das “reformas” (traduzindo, contra-reformas neoliberais), ultrapassa em alguns países a marca dos 20% da PEA.<sup>3</sup>

Enquanto isso, os famosos “planos de austeridade”, apresentados como panacéia pela imprensa burguesa (“um remédio amargo, porém inevitável”, dizem), são cada vez mais rejeitadas em massivas demonstrações públicas, como na emblemática greve geral europeia de 14 de novembro de 2012, que envolveu os países mais atingidos pela crise, Portugal, Grécia e Espanha, além de inúmeros atos de solidariedade por toda a Europa. Tal cenário não deixa dúvidas de que a proclamação do triunfo global do capitalismo que acompanhou o colapso da URSS é coisa do passado.

Após o colapso do bloco soviético, ganhou enorme espaço a ideologia da superioridade incontestável da economia de mercado sobre qualquer forma de regulação social – desde o Estado de Bem-Estar até o planejamento de tipo soviético. “*There is no alternative!*”, o slogan de Margaret Thatcher nos anos 1980, tornar-se-ia a voz corrente na década seguinte, e mudanças radicais na História seriam desacreditadas ou tomadas como “perigosas”. Aliada à enorme influência das teorias pós-modernas nos meios intelectuais (e seu niilismo conformista/catastrofista), no início da década de 1990 parecia mais fácil para amplos círculos “imaginar a completa deterioração da terra e da natureza do que a quebra do capitalismo”, como pontuou Fredric Jameson.<sup>4</sup> Na mesma época, Slavoj Žižek chamou atenção para o caráter ideológico dessa virada descrita por Jameson, explorando o fato de que algumas décadas antes ainda se imaginava

---

<sup>2</sup> “Dívida pública mundial aumentou 65% desde a crise, diz pesquisa.” *O Estado de São Paulo*, 4 de setembro de 2012. Disponível em: <http://blogs.estadao.com.br/radar-economico/2012/09/04/divida-publica-mundial-aumentou-65-desde-a-crise-diz-pesquisa/> (acessado em 20 de março de 2013)

<sup>3</sup> “OIT prevê 202 milhões de desempregados no mundo em 2013.” *O Globo*, 21 de janeiro de 2013. <http://oglobo.globo.com/economia/oit-preve-202-milhoes-de-desempregados-no-mundo-em-2013-7361217> (acessado em 20 de março de 2013).

<sup>4</sup> JAMESON, Fredric. “As antinomias da pós-modernidade.” In. *A virada cultural: reflexões sobre o pós-moderno*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006, p.91.

“diferentes formas de organização social da produção e do comércio (o fascismo ou o comunismo como alternativas ao capitalismo liberal; hoje, como assinalou Fredric Jameson com muita perspicácia, ninguém mais considera seriamente as possíveis alternativas ao capitalismo, enquanto a imaginação popular é assobrada pelas visões do futuro ‘colapso da natureza’, da eliminação de toda a vida sobre a Terra. Parece mais fácil imaginar o ‘fim do mundo’ que uma mudança muito mais modesta no modo de produção, como se o capitalismo liberal fosse o ‘real’ que de algum modo sobreviverá, mesmo na eventualidade de uma catástrofe ecológica global...”<sup>5</sup>

Entretanto, diante da profundidade da presente crise, será possível ainda sustentar com alguma segurança que o panorama continua o mesmo? Não seria esse mesmo renovado interesse por Marx (e pelo marxismo), e, mais que isso, a intensidade dos conflitos sociais um sintoma de que talvez as certezas dos apologetas do sistema não mais tenham a influência hegemônica que já desfrutaram?

Todavia, entre os leitores da obra de Marx já vai longe o tempo em que se acreditava que na teoria marxiana estivesse vaticinado que esse modo de produção pudesse vir a pique simplesmente em razão de uma insanável contradição econômica. Na verdade, no movimento operário socialista sempre houve uma tensão permanente entre aqueles que acreditavam que a História fosse caminhar (quase automaticamente, numa visão notadamente fetichista) no sentido do *fim do capitalismo*, só restando aos trabalhadores *acelerar* essa derrocada final em um determinado ponto, e suas alas revolucionárias, que sempre desconfiaram desta espera (messiânica) pelo “juízo final”. Esses últimos moveram (e movem) suas vidas no sentido da organização dos trabalhadores com vistas à tomada do poder e instauração de uma forma superior de sociabilidade. Em suma, para esta última posição, nada de ficar esperando que a “História” caminhasse a favor, sendo tal atitude autorizada pela vida e pela obra de Marx. Mas porque então essa imagem tão forte de Marx como um profeta do fim do inevitável do capitalismo a partir de seus impasses econômicos?

De fato, numa dimensão histórica mais abrangente, Marx previu sim o fim do capitalismo, ao caracterizá-lo como um modo de produção *histórico*, constituído em certa época da evolução da humanidade, que anteriormente já se organizou e viveu de modo diverso e, portanto, poderia (e deverá) organizar a vida de outro jeito. Como é sabido, ao chegar à conclusão da necessidade histórica do *Comunismo*, Marx e Engels também apresentaram o sujeito social capaz de emancipar o gênero humano da miséria provocada pela expansão do capital: a classe trabalhadora. Assim, do mesmo jeito que a burguesia protagonizou a constituição do mundo capitalista, caberia agora à

---

<sup>5</sup> ŽIŽEK, Slavoj. “Introdução. O espectro da ideologia.” In. ŽIŽEK, Slavoj (org.). *O mapa da ideologia*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996, p.7.

classe trabalhadora a tarefa histórica de emancipar a humanidade, superando sua pré-história. Mas então, qual o lugar das crises capitalistas nesta teoria?

## Da crise

O uso corriqueiro do termo *crise* parece ter dissolvido seu significado, especialmente como um conceito útil para a análise histórica. Nesse sentido, começaremos com alguns comentários breves sobre as origens do termo, para em seguida discutir o sentido que podemos encontrar na obra marxiana.

Tal como a palavra *crítica*, *crise* origina-se do grego *Krisis*, ligando-se originalmente ao ato de separar, de romper, julgar, discernir, decidir, eleger etc. É na medicina de Hipócrates (460 a.C. – 370 a.C.) onde tradicionalmente atribui-se o uso pioneiro do termo, denotando um momento de virada, de desdobramento de uma enfermidade, tanto para a melhora, quanto para piora do paciente.<sup>6</sup> Entretanto, em sua *História da Guerra do Peloponeso*, Tucídides (460 a.C. – 400 a.C) foi provavelmente o primeiro a utilizar o termo *crise* para análise de um episódio histórico, relacionando ao momento decisivo antes da batalha entre a confederação espartana e Atenas.

Não obstante, o termo ficaria durante séculos confinado à acepção médica, até que, pelo menos desde o século XVII, *crise* passasse a ser utilizada em relação a momentos específicos do processo político, como na Guerra Civil inglesa. Transpunha-se, assim, da linguagem médica para a política em um momento em que a própria reflexão filosófica passou a tratar o Estado (e a sociedade) como um corpo, como no *Leviatã* de Thomas Hobbes (1588-1679). Como esclarece Reinhart Koselleck:

“Dada a concepção, então predominante, de Estado como um corpo, não era algo remoto aplicar a linguagem médica da crise ao domínio da política. Mas Rousseau foi o primeiro a aplicar publicamente o termo ao grande corpo político, ao ‘*corps politique*’.”<sup>7</sup>

Além de Jean-Jacques Rousseau (1712-1778) e outros iluministas franceses (como Diderot), que usaram o termo para caracterizar os limites do *Ancien Régime*, Koselleck assinala também de *The Crisis* de Thomas Paine (1737-1809), série de panfletos escritos entre 1776-1782 sobre o desenrolar dos acontecimentos da chamada “Revolução Americana”, onde também conjura a

---

<sup>6</sup> ABBAGNANO, Nicola. Crise. In. *Dicionário de Filosofia*. São Paulo: Martins Fontes, 2003, p.222.

<sup>7</sup> KOSSELECK, Reinhart. *Crítica e crise*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1999, p.145.

palavra no mesmo sentido.<sup>8</sup> Nota-se que a emergência desta aplicabilidade da noção de *crise* ocorreu no contexto político das revoluções burguesas e das elaborações teóricas que as acompanhariam, expressas na atitude conhecida como Esclarecimento (*Aufklärung*), que, grosso modo, consistia na liberdade de *crítica* aos dogmas do Antigo Regime. Nesse sentido, a noção de *crise* se generaliza nos séculos XVIII e XIX não só como maneira de descrever uma sociedade em que determinadas estruturas sociais chegaram ao seu limite, mas também como “aviso” de que outra forma social deveria se impor (no caso, a sociedade burguesa). Há assim, a esta altura, além de uma (re)associação com a noção de *crítica*, também uma íntima relação entre as noções de *crise* e de *revolução*, ou ao menos entre *crise* e mudança das estruturas sociais.

No século XIX, críticos da sociedade capitalista então em ascensão notariam a recorrência de uma outra forma específica de crise, que periodicamente passava a perturbar o desenvolvimento econômico. Ao contrário do que até então ocorria nas sociedades pré-capitalistas, onde as crises econômicas eram fundamentalmente de *subprodução* (muitas vezes em função de problemas naturais – tempestades, secas, rigorosos invernos etc. – ou propriamente políticos – como as guerras), com o desenvolvimento industrial do capitalismo, as crises econômicas se configurariam como de *superprodução* de mercadorias.

Para estes críticos, tais crises eram resultantes dos movimentos internos que presidem o desenvolvimento econômico neste modo de produção. Em oposição evidente com o enunciado de Jean-Baptiste Say (1767-1832) – que advogava a possibilidade de, em uma situação de funcionamento adequado das leis de mercado, existir um equilíbrio “metafísico” entre produção e consumo –,<sup>9</sup> os mais importantes destes críticos, Karl Marx e Friedrich Engels, buscaram reconhecer que estas crises eram parte da dinâmica interna deste modo de produção. Já no seu livro de juventude, *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*, Engels estabeleceu o vínculo entre a concorrência e tais perturbações,<sup>10</sup> algo que posteriormente ganharia contornos mais precisos na lavra de Marx.

Embora tenha sido o autor que esclareceu de forma mais precisa esta dinâmica cíclica da economia capitalista, Marx não foi o primeiro a perceber que o próprio sistema engendrava estas crises de superprodução. Em seu clássico livro sobre a formação da classe trabalhadora inglesa, E.

---

<sup>8</sup> *Idem, ibidem*, p.229-230.

<sup>9</sup> Segundo Marx, a ideia de um “equilíbrio metafísico entre vendedores e compradores”, ou seja, da “estupidez em torno da impossibilidade da superprodução”, na verdade foi originalmente proposta pelo britânico James Mill (1773-1836). Todavia, tal hipótese acabou por ficar conhecida como “Lei de Say”, em razão da popularização da mesma pelo economista francês. A “Lei de Say” seria largamente majoritária no pensamento econômico e influenciou mesmo o mais destacado economista político, David Ricardo (1772-1823), autor que Marx considerava como o ponto mais alto desta disciplina. Ver. MARX, Karl. *Teorias da mais-valia*. Vol.II. São Paulo: DIFEL, 1980, p.929 e *passim*.

<sup>10</sup> No capítulo “A concorrência”. ENGELS, F. *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. São Paulo: Boitempo, 2008, p.117-130.

P. Thompson localizou em uma resolução dos tecelões de Leicester de 1817 algo que caracterizou como uma espécie de “teoria sobre as crises capitalistas baseada no subconsumo”.<sup>11</sup> Isso sem falar de economistas burgueses como Thomas Robert Malthus (1766-1834) em *Princípios de economia política* (1820), e românticos como Jean Charles de Sismondi (1773-1842) com seu livro *Novos princípios de economia política* (1819), que buscariam estabelecer as razões da recorrência das crises, também criticando a “Lei de Say”. Não obstante esses últimos casos, no interior do pensamento burguês a maior parte dos economistas políticos aderiu à proposição de Say, passando a atribuir como causas das perturbações econômicas questões exteriores à própria dinâmica interna da lógica produtiva (guerras, problemas climáticos, “subversão da rale” etc.), chegando no último quartel do século XIX, a produzir posições extravagantes, como de atribuir à existência de “manchas solares” a razão das crises periódicas, já no contexto da emergência da chamada economia neoclássica.<sup>12</sup>

## As crises e a revolução na teoria de Marx

Em sua crítica da economia política sintetizada em sua obra *O capital*, Karl Marx demonstrou, antes de tudo, o caráter *necessário* de tais crises, entendidas como desdobramento de suas contradições iminentes, estando sua *possibilidade* de ocorrência presente na própria oposição interna da forma mercadoria, entre valor e valor de uso, desdobrada no dinheiro (forma acabada do valor), que, como meio de pagamento, inscreve essa potencialidade. É que, além de realizar a mediação entre a troca mercantil, o dinheiro permite a interrupção desta mesma mediação, produzindo uma ruptura na metamorfose mercantil, o que implica na destruição de capital: falências, desemprego etc.<sup>13</sup>

Quando de seu exílio em Londres, Marx pôde observar o desenvolvimento da crise de 1857, a primeira de caráter mundial na história do capitalismo,<sup>14</sup> lançando-se na escrita do primeiro esboço de sua crítica da economia política, manuscrito publicado postumamente e que seus editores

---

<sup>11</sup> THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa*. Vol.II. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, p.31.

<sup>12</sup> De autoria do economista britânico W. S. Jevons (1835-1882), tal noção absurda buscou explicar os ciclos agrícolas com base na incidência destas manchas solares (*sunspots*). Cabe notar que, quando o pensamento econômico elaborava tal “hipótese” – contexto em que surge o chamado pensamento neoclássico de que Jevons é um dos fundadores –, o capitalismo vivia sua primeira grande depressão (1873-1896). É apenas com a *Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda* (1936) de John Maynard Keynes (1883-1946) e os estudos de Joseph Alois Schumpeter (1883-1950) que o pensamento econômico burguês passou a tentar explicar os ciclos econômicos como parte da natureza da economia capitalista.

<sup>13</sup> MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. São Paulo: Nova Cultural, 1983, capítulos 1, 2 3.

<sup>14</sup> KRÄTKE, Michael R. The first world economic crisis: Marx as an economic journalist. In. MUSTO, Marcello (Ed.). *Karl Marx's Grundrisse: foundations of the critique of political economy 150 years later*. London/New York: Routledge's, 2008, p.162-168.

deram o nome de *Grundrisse*.<sup>15</sup> Um conjunto de oito cadernos, totalizando um milhar de páginas, onde, entre outras coisas, Marx apresentou um primeiro roteiro da sua exposição, onde concebia a existência de seis livros dos quais o último seria dedicado ao exame das crises. Como assinalou Roman Rosdolsky, é possível afirmar que neste roteiro o tema ocuparia o papel de uma síntese dialética de todo seu raciocínio.<sup>16</sup> Como se sabe, tal roteiro seria posteriormente abandonado, e quando publicou finalmente o primeiro volume de *O capital*, em 1867, o tema da crise aparece incorporado ao movimento dialético de desdobramento das categorias, ganhando maior concretude no livro III, publicado postumamente por Engels, em 1894. O que é certo é que não existe nem mesmo um capítulo em sua obra onde se possa ler uma teoria de Marx sobre as crises, muito embora a seção terceira do livro III, que trata da tendência à queda da taxa de lucro, seja comumente referida como tal. Em certo sentido, como ensina Jorge Grespan, do mesmo modo que também não existe um capítulo onde se possa ler uma definição acabada do que seja o próprio capital – sendo necessário percorrer toda obra (os três livros) para se conhecer o capital como uma rica totalidade de múltiplas determinações –, o mesmo se pode dizer do conceito de crise, que, pressuposto ao longo da exposição, constitui-se dialeticamente no negativo do capital.<sup>17</sup> Vejamos.

Ao longo dos três livros que compõem sua *Magnum opus*, Marx expõe desde as condições imanentes que, num plano mais abstrato, tornam possível a existência de crises, até a concretude de sua efetividade, quando já incorpora a questão da concorrência entre os capitalistas no livro III. Portanto, embora Marx não tenha nos deixado um livro ou mesmo um capítulo de sua obra onde exista uma exposição completa do conceito de crise, há uma constante reflexão sobre esta que acompanha a autonomização categorial das formas sociais ao longo de *O capital*. Da mercadoria desdobrando-se no dinheiro no início do livro I até os desdobramentos no capital portador de juros e no capital fictício no livro III de *O capital* – suas formas mais reificadas e fetichistas –, a crise constitui um dos momentos deste modo de produção. Em síntese, sendo as próprias crises capitalistas o resultado do desdobramento de todas as contradições deste sistema, no texto marxiano não há como ela não estar pressuposta em todas as fases da exposição categorial de sua crítica.<sup>18</sup>

No movimento tautológico de valorização desmedida da forma acabada do valor (dinheiro que se torna mais dinheiro), de tempos em tempos são produzidas essas perturbações: o volume da

---

<sup>15</sup> Com exceção de um pequeno texto publicado por Karl Kautsky em 1903 – *a Introdução à crítica da economia política* – o manuscrito ficaria inédito até que em 1939/1941 fossem publicados na URSS com o nome de *Grundrisse der Kritik der politischen Ökonomie. Rohentwurf (1857-1858)*, mais conhecido como simplesmente *Grundrisse*. O texto foi só recentemente publicado no Brasil: MARX, Karl. *Grundrisse*. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: Ed.UFRJ, 2011.

<sup>16</sup> ROSDOLSKY, Roman. *Gênese e estrutura de O capital de Karl Marx*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001, p.27-60.

<sup>17</sup> GRESPAN, Jorge. *O negativo do capital. O conceito de crise na crítica de Marx à economia política*. São Paulo: Hucitec; FAPESP, 1999.

<sup>18</sup> GRESPAN, Jorge. *A crise na crítica da economia política. Crítica Marxista*, São Paulo, v.10, p.94-110, 2000.

produção social não encontra possibilidade de realização, sendo interrompida a metamorfose mercantil (basicamente as operações D-M e M-D). Isso decorre do fato de que, sendo o processo de acumulação capitalista composto pela unidade contraditória entre as esferas da produção e da circulação de mercadorias, a aceleração do processo produtivo nas fases de expansão da atividade econômica acaba por produzir uma autonomização relativa entre estas duas esferas, exacerbando essa oposição como se fossem dois processos independentes.<sup>19</sup> Tal contradição acaba por se explicitar historicamente nas crises, que contraditoriamente restabelecem, de forma violenta, a unidade entre esses dois processos. Daí a natureza cíclica da economia capitalista, com fases de expansão da atividade produtiva seguidas de depressões.<sup>20</sup>

Para entender como essa *possibilidade* de crise se impõe efetivamente como *necessidade*, em primeiro lugar é preciso entender o sentido daquilo que Marx define como a lei geral da acumulação capitalista, conforme está exposta na última seção do livro I de *O capital*. Sendo dialética, tal lei é tão somente uma tendência que o movimento tautológico de valorização do valor impõe substantivamente. Ligada à dinâmica da reprodução social deste modo de produção, a acumulação capitalista é o consumo produtivo de parte do mais-valor transformado em capital adicional, isto é, novamente convertido em meios de produção e força de trabalho, capital constante e capital variável.<sup>21</sup> O desenvolvimento do modo de produção especificamente capitalista é, deste modo, a repetição cíclica desta relação social cujos sujeitos são: os donos dos meios de produção e os produtores diretos de mais valor (os trabalhadores). Tal processo de expansão das forças produtivas acaba por apresentar também uma disfuncionalidade, posto que *tendencialmente* leva ao aumento da composição orgânica do capital, o que acaba por impor um crescimento relativamente menor do capital variável em relação ao capital constante, provocando tanto a concentração e centralização do capital, quanto a criação de uma superpopulação relativa, o exército industrial de reserva.<sup>22</sup> Deste modo, do próprio movimento interno do capital, que se caracteriza por uma

---

<sup>19</sup> MARX, *Teorias da mais valia*, op. cit., p.929 e *passim*.

<sup>20</sup> “(...) crise é apenas a imposição violenta da unidade das fases do processo de produção, as quais se tornam independentes uma da outra.” *Idem, ibidem*, p.945. Ver também CARCANHOLO, Marcelo. Formas, conteúdo e causa: uma proposta de interpretação marxista do fenômeno crise. *Leituras de economia política*, Campinas, n.5, p.15-31, 1997.

<sup>21</sup> No livro I, ao localizar como categoria central de sua crítica da economia política o mais-valor – ou mais-valia, como aparece na tradução mais corriqueira – Marx identificou os dois investimentos básicos feitos pelos proprietários dos meios de produção: *capital constante* – maquinário, matérias primas, impostos etc.; e *capital variável* – salários. Este último recebe o adendo *variável* pelo fato de ser o único cujo valor de uso possui o atributo de valorizar as mercadorias. Sendo o salário a forma fetichista com a qual o contrato jurídico se efetiva entre capital e trabalho no capitalismo, este se apresenta como o pagamento por toda a jornada do trabalho social, quando na verdade corresponde apenas o pagamento pelo preço da força de trabalho. MARX, *O capital: crítica da economia política*. Livro I, Seção VI, op. cit., p.125-148.

<sup>22</sup> Em polêmica com a teoria da população de Malthus, a abordagem marxiana entende a constituição de uma massa de despossuídos como parte da lógica interna do capital, sendo esse mesmo exército de reserva funcional por pressionar os salários para baixo. Cf. o capítulo XXIII do livro I. *Idem, ibidem*, p.187-259.

expansão desmedida de suas forças produtivas, impõe uma *barreira* ao consumo da produção e, conseqüentemente, ao seu próprio desenvolvimento.

Além disso, sendo o capital variável o único que efetivamente produz mais-valor, a taxa de lucro – que é sua forma de manifestação na circulação – tende a cair, retraindo os investimentos produtivos e aumentando ainda mais o montante de desempregados. Deste modo, conforme Marx discute no livro III d’*O capital*, da lei geral da acumulação capitalista desdobra-se dialeticamente a tendência histórica à queda da taxa de lucro,<sup>23</sup> que, também dialeticamente (e não de forma determinista), opera em face de fatores contra-atuantes que impedem que o capitalismo entre em colapso; e que em momentos de crise servem para o capital recolocar as condições de um próximo ciclo de expansão das suas forças produtivas.<sup>24</sup> Deste modo, como define Marx, tais “crises são sempre apenas soluções momentâneas violentas das contradições existentes, irrupções violentas que restabelecem momentaneamente o equilíbrio perturbado.”<sup>25</sup>

Sendo deste modo a crise um processo *necessário* a partir do qual esse sistema regula seus “excessos”, é importante notar que a ocorrência de tais crises comparecem na cena histórica nesta forma de sociabilidade contemporânea sem que estejamos diante de seu esgotamento. Ao contrário, tais crises fazem parte do seu modo de ser. Mas se obviamente não podem existir crises econômicas que não possuam desdobramentos na vida social, para Marx estas são crises bastante específicas. É que, segundo sua leitura, a modernidade capitalista instaura uma abstração da esfera econômica de tal modo que acaba por produzir uma dinâmica temporal de ritmo próprio, algo que E. P. Thompson explorou em conhecido artigo e Moishe Postone, um fecundo leitor da obra de Marx, denominou de um “tempo abstrato”.<sup>26</sup> Assim sendo, esse ritmo relativamente autônomo do desenvolvimento econômico do capital passa a conviver com outras temporalidades, outros *tempos discordantes* como definiu Daniel Bensaïd,<sup>27</sup> como os tempos da natureza, ou o das conjunturas políticas, que

---

<sup>23</sup> Verificada desde David Ricardo, Marx lhe atribuiu o status de principal “lei de movimento da economia”, conforme aparece nos *Grundrisse*, enquanto em *O capital* é apresentada como um desdobramento da lei geral da acumulação capitalista, como vimos acima. MARX, *Grundrisse*, op. cit., p.626. \_\_\_\_\_ *O capital: crítica da economia política*. Livro III, Tomo 1. São Paulo: Abril Cultural, 1983, p.161-200.

<sup>24</sup> “Deve haver influências contrariantes em jogo, que cruzam e superam os efeitos da lei geral, dando-lhe apenas o caráter de uma tendência, motivo pelo qual também designamos a queda da taxa geral de lucro como uma queda tendencial.” *Idem, ibidem*, p.177.

<sup>25</sup> *Idem, ibidem*, p.188.

<sup>26</sup> THOMPSON, Edward P. Tempo, disciplina do trabalho e capitalismo industrial. In. *Costumes em comum*. Estudos sobre cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p.267-304. POSTONE, Moishe. *Time, Labor and Social Domination: A Reinterpretation of Marx's Critical Theory*. Nova York e Cambridge: Cambridge University Press, 1993, capítulo 5, p.186-225. Podemos pensar também no que Ellen Wood denomina de “separação” entre o econômico e o político, própria do capitalismo. Cf. WOOD, Ellen M. A separação entre o “econômico” e o “político” no capitalismo. *Democracia contra capitalismo: a renovação do materialismo histórico*. São Paulo: Boitempo, 2003, p.27-49.

<sup>27</sup> Bensaïd, Daniel. *La discordance des temps: essais sur les crises, les classes, l'histoire*. Paris: Les Éditions de la Passion, 1995. \_\_\_\_\_ *Marx, o Intempestivo*. Grandezas e misérias de uma aventura crítica (séculos XIX e XX). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

possuem seus próprios ciclos. Por outro lado, como também apontou Marx, estas crises constituem situações nas quais aos sujeitos sociais se apresenta a “limitação e o caráter tão-somente histórico e transitório do modo de produção capitalista”,<sup>28</sup> constituindo a “forma mais contundente em que o capital é aconselhado a se retirar e ceder espaço a um estado superior de produção social”.<sup>29</sup>

Destarte, é importante considerar que, se Marx buscou apreender essa dinâmica relativamente autônoma do movimento de valorização do valor, isso não significa dizer que em sua teoria possa se conceber uma “economia” como uma esfera absolutamente apartada do Estado, como aparece na vulgata liberal. Ao contrário, essa autonomia é precisamente *relativa*, e não *absoluta*, pois desde sua constituição até sua reprodução histórica, o Estado opera na acumulação capitalista. Tanto naquilo que é entendido como “acumulação originária”,<sup>30</sup> passando pela ativação por parte do Estado das contra-tendências à queda da taxa de lucro, como também através do mecanismo na dívida pública, não há um Estado exterior à lógica da acumulação capitalista. Nem mesmo na época de vigência do capitalismo concorrencial, em que viveu Marx, este prescindiu do Estado.<sup>31</sup>

Entretanto, qual a relação entre essa forma específica de crise surgida da objetivação do capitalismo industrial e as crises políticas, já tematizadas desde o século XVIII? Como isto se relaciona na teoria de Marx? Sendo um revolucionário interessado em investigar o funcionamento do capitalismo, Marx também produziu uma série de reflexões importantes sobre esse tema, antes mesmo de ter dado a forma mais acabada de sua crítica ao capitalismo sintetizada em *O capital*.

No seu balanço da derrota da Revolução de 1848, publicada no fim de 1850 na sua revista *Neue Rheinische Zeitung*, num tom deveras melancólico, Marx afirmou:

“Nessa prosperidade geral em que as forças produtivas da sociedade burguesa se desenvolvem tão exuberantemente quanto é possível no seio das relações burguesas, não se pode falar de uma verdadeira revolução. Tal revolução só é possível nos períodos em que ambos os fatores, as modernas forças produtivas e as formas

---

<sup>28</sup> MARX, *O capital*, Livro III, *op. cit.*, p.184.

<sup>29</sup> MARX, *Grundrisse*, *op. cit.*, p.627.

<sup>30</sup> Ao contrário do que comumente se afirma, uma leitura mais atenta do capítulo XXIV do livro I de *O capital*, nos mostra que, embora Marx esteja remetendo ao processo histórico de constituição do pioneiro capitalismo inglês, a lógica de seu argumento diz respeito a entender como o capital *se põe* a partir da expropriação dos produtores diretos do processo de reprodução de sua vida, em condições históricas nas quais já existe a generalização da forma mercantil. Deste modo, aquilo que *ironicamente* Marx denomina de “a assim chamada acumulação primitiva” (ou “acumulação originária”) não é um processo datado entre os séculos XIV e XVIII, e sim uma dinâmica que constitui a expansão (até mesmo territorial) das forças produtivas capitalistas até o presente. Uma boa discussão sobre esse ponto está em FONTES, Virgínia. “Capitalismo, exclusão e inclusão forçada” e “As condições históricas e sociais de generalização do trabalho abstrato: permanência e transformação das formas de expropriação.” In. *Reflexões im-pertinentes*. História e capitalismo contemporâneo. Rio de Janeiro: Bom Texto, 2005, p.19-50 e 73-90.

<sup>31</sup> Como, aliás, verificou um não-marxista como Karl Polanyi. POLANYI, Karl. *A grande transformação*. As origens da nossa época. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.

burguesas de produção, entrem em contradição entre si. (...) *Uma nova revolução só é possível na sequência de uma nova crise. É, porém, tão certa como esta.*”<sup>32</sup>

É inegável que esta conclusão expressa uma posição absolutamente determinista quanto ao problema da relação das crises econômicas com as situações políticas. E sobre isso alguns comentários são oportunos.<sup>33</sup>

Em primeiro lugar é preciso notar que o equívoco de Marx esteve ligado também à sua polêmica com a ala mais esquerdista da Liga dos Comunistas, liderada por Karl Schapper (1812-1870),<sup>34</sup> que acreditava que, ainda em 1850, o processo revolucionário estava em curso. Em segundo, conforme ele e Engels expressaram no *Manifesto Comunista*, Marx acreditava já estar vivendo os estertores da sociedade burguesa, quando na verdade esta só estava dando seus primeiros passos, conforme ambos reconheceriam posteriormente.

Isto naturalmente não deve jogar uma cortina de fumaça sobre o equívoco da conclusão do trecho supracitado. Todavia é preciso também notar que uma das fontes principais do pensamento de Marx para pensar o tema da *revolução* foi a própria historiografia liberal sobre a Revolução Francesa,<sup>35</sup> que, *toda ela*, estava convencida que um dos estopins para as grandes revoluções (não só a de 1789, mas também a de 1830) foram os problemas econômicos.<sup>36</sup> E de fato, a crise comercial da Inglaterra havia contribuído para a ativação do próprio Cartismo e da Revolução no continente. Não era tão absurdo assim estabelecer esse vínculo, ainda que não seja difícil considerá-lo simplista.

Daniel Bensaïd<sup>37</sup> comenta que, tendo em vista as revoluções anteriores, como em 1789, 1830 e naquela em que o mesmo atuou (1848), Marx acabou por fazer um prognóstico no qual buscava sincronizar as futuras crises econômicas – o que era demonstrável (dada a natureza cíclica do sistema) – à uma nova revolução – algo indemonstrável por si só. De acordo com o filósofo francês, haveria nessa conclusão ambígua de Marx um “mal-estar teórico” entre sua nascente crítica

---

<sup>32</sup> MARX, Karl. As lutas de classe na França 1848-1850. In. *A revolução antes da revolução*. São Paulo: Expressão Popular, 2008, p.183, grifo nosso.

<sup>33</sup> Discuto esse tema em MELO, Demian Bezerra de. Marx, as crises e a revolução. *Outubro*, São Paulo, n.20, p.123-147, 2012.

<sup>34</sup> Ver ENGELS, Friedrich. Contribuição à história da Liga dos Comunistas. In. *Karl Marx & Friedrich Engels (obras escolhidas)*. Vol.3. São Paulo: Alfa-Ômega, s.d., p.152-168.

<sup>35</sup> Cf. HOBSBAWM, Eric. *Ecos da marsehesa: dois séculos revêem a Revolução Francesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p.25.

<sup>36</sup> Na Introdução de seu livro *História e Verdade*, o filósofo polonês Adam Shaff fez um interessante apanhado sobre a historiografia a respeito da Revolução francesa e mostrou que até os anos cinquenta do século XIX todos os seus grandes interpretes creditaram como uma de suas causas a crise fiscal do Estado e as dificuldades econômicas do Antigo Regime. Ver, SCHAFF, A. *História e verdade*. São Paulo: Martins Fontes, 1978, p.9-62.

<sup>37</sup> BENSAÏD, *La discordance des temps, op. cit.*, p.83-84.

da economia política e a filosofia da história hegeliana, com a qual Marx e Engels já haviam acertado suas contas entre 1845-1846.<sup>38</sup>

O que é certo é que Marx acabaria por abandonar tal raciocínio em função, não apenas do aprofundamento de seus estudos, mas principalmente por um fato concreto: a crise seguinte, aparecida em 1857 – mais profunda que a precedente –, não foi seguida por nenhum “dilúvio”; por nenhuma revolução ou algo minimamente parecido.<sup>39</sup> Isso obviamente impactou suas elaborações, e no momento seguinte, nos atrevemos a dizer que ao produzir uma das mais controversas sínteses de seu pensamento, no célebre Prefácio à sua *Contribuição à crítica da economia política* de 1859, Marx apresentou uma abordagem mais nuançada sobre essa relação entre crise e revolução:

“Em uma certa etapa de seu desenvolvimento, as forças produtivas materiais da sociedade entram em contradição com as relações de produção existentes ou, o que nada mais é do que a sua expressão jurídica, com as relações de propriedade dentro das quais aquelas até então se tinham movido. De forma de desenvolvimento das forças produtivas essas relações se transformam em seus grilhões. Sobrevêm então uma época de revolução social.”<sup>40</sup>

Naquele escrito, ao referir-se às condições que possibilitam uma revolução, Marx fala agora de uma “época de revolução social”, o que certamente remete a tempos longos.

Ao mesmo tempo, o grau de abstração da proposição também remete para contradições profundas na estrutura social, e não ao resultado de uma interrupção periódica do metabolismo econômico. Não se trata, portanto, de uma relação de causalidade mecânica entre os ziguezagues da conjuntura econômica imediata e a luta de classes, como de certo modo aparece no balanço da Revolução de 1848. Até porque, como é desenvolvido naquele mesmo antológico *Prefácio de 1859*, uma formação social nunca desaparece sem que antes tenham sido desenvolvidas todas as suas contradições e potencialidades; e que os homens não se põem tarefas históricas para as quais as condições de sua resolução não estejam dadas ou em vias de aparecer. Isto certamente esteve ligado a percepção de que, ao contrário do que aparece no *Manifesto Comunista*, àquela altura o capitalismo estava apenas na sua infância, como Marx e Engels posteriormente reconheceriam no Prefácio à edição alemã de 1872, onde anotaram “o desenvolvimento colossal da grande indústria nestes últimos vinte e cinco anos”.

---

<sup>38</sup> Refere-se aos textos de *A sagrada família* (1845) e *d'A ideologia alemã* (1845-46), onde os dois jovens autores haviam criticado a concepção teleológica e fetichista da filosofia da história de Hegel.

<sup>39</sup> Como esclareceu Hobsbawm, “Marx e Engels, que mantiveram alguma esperança no renascimento revolucionário por um ou dois anos depois de 1849, transferiram depois essas esperanças para a grande crise econômica seguinte (a de 1857) e resignaram-se depois.” HOBBSAWM, Eric. *A era do capital*. 12ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996, p.160.

<sup>40</sup> MARX, Karl. *Para à crítica da economia política. Os economistas*. São Paulo: Abril Cultural, 1982, p.25.

Ademais, depois da experiência da Revolução de 1848, o processo que mais impressionou os autores, como de resto todo o movimento socialista, a Comuna de Paris (1871), não parece poder ser explicada como resultado de qualquer perturbação periódica do desenvolvimento econômico, mas sim por uma crise de outra natureza, a Guerra Franco-Prussiana (1870-1871). Melhor dizendo, a experiência acumulada do proletariado francês, através – mas não só – da constituição da Associação Internacional dos Trabalhadores (1864-1876), combinada à própria *crise* do regime bonapartista – que, derrotado, entregou Paris para Bismarck – constituíram-se nos elementos fundamentais explicativos daquele memorável “assalto aos céus”!

Deste modo, em sua persistente militância, Marx apostou suas fichas muito mais na auto-organização da classe operária (o que passava necessariamente crítica ontológica do modo de produção capitalista) do que num colapso econômico do sistema, a despeito de muitos continuarem a lhe atribuir uma teoria catastrofista. É certo que tinha plena consciência de que, ao constituir-se num sinal do “caráter tão-somente histórico e transitório do modo de produção capitalista”, os momentos de crise poderiam se constituir numa oportunidade importante para a revolução.

A existência de uma suposta “teoria do colapso” na obra de Marx sempre foi alvo de controvérsia. Uma das mais importantes polêmicas da social-democracia alemã na virada para o século XX, o conhecido *Bernstein-Debatte*, girou de certo modo em torno a esse problema, ainda que tivesse sido mal colocado por Eduard Bernstein (1850-1932) que defendeu o abandono da “teoria do colapso” (*Zusammenbruchstheorie*) que segundo ele teria embasado a teoria Marx sobre a transição ao socialismo. A conhecida resposta de Rosa Luxemburgo (1871-1919), por exemplo, para combater tal *revisionismo*, acabou por reafirmar a existência (e a correção) da alegada teoria do colapso de Karl Marx.<sup>41</sup>

Posteriormente, argutos leitores da obra marxiana como Henryk Grossmann (1881-1950) e Roman Rosdolsky (1898-1967) atribuíram ao autor de *O capital* a tal “teoria do colapso”.<sup>42</sup> Entretanto, de acordo com o historiador Franco Andreucci, no congresso do SPD em Hannover (1899) – contexto de divulgação das posições revisionistas de Bernstein –, um delegado de nome

---

<sup>41</sup> BERTELLI, Antonio Robert. “O pano de fundo histórico-teórico do *Bernstein-Debatte*.” *Novos Rumos*, São Paulo, n.32, p.3-47, 2003.

<sup>42</sup> “A afirmação de que Marx não havia proposto uma ‘teoria da derrocada’ deve remontar-se, antes de tudo, à interpretação revisionista de sua obra econômica, posterior à Primeira Guerra Mundial. Levando isso em conta, nunca poderemos apreciar suficientemente os méritos teóricos de Rosa Luxemburgo e de Henrik Grossmann.” ROSDOLSKY, *Gênese e estrutura de O capital de Karl Marx*, op. cit., p.573.

Woltmann defendera que não havia indício da teoria do colapso inevitável do capitalismo em Marx, sendo apenas encontrada em Engels e nos auto-identificados “marxistas”.<sup>43</sup>

## **As crises na História contemporânea: à guisa de conclusão**

Nos anos cinquenta de seu século, trabalhando como correspondente do *New York Daily Tribune*, Marx foi um dos jornalistas mais lidos do mundo de língua inglesa.<sup>44</sup> Quando sobreveio a já mencionada crise econômica de 1857, ao mesmo tempo em que escrevia os *Grundrisse*, escreveu diversos artigos para aquele jornal, dos quais destacaremos um: “A crise comercial na Inglaterra”, de 15 de dezembro de 1857. Marx inicia ironizando o *Times* de Londres por este ter reafirmado durante todo o período precedente a “firmeza” do comércio britânico, chegando ao ponto de asseverar em seus editoriais que, com a vitória definitiva do livre-cambismo, “as crises comerciais haviam sido banidas definitivamente da Inglaterra”. Diante da crise, a melodia do jornal londrino tornara-se mais “melancólica”, foi o ácido comentário do “Mouro”.

Simplesmente, apesar da reiterada repetição das crises de superprodução – como àquela altura a história do século XIX já o demonstrara –, os apologetas do capital acharam por bem decretar o fim das crises. Quando esta finalmente reapareceu em 1857 não puderam fazer outra coisa senão atribuir a culpa a um “comportamento irresponsável” de alguns indivíduos e à especulação. Sobre este ponto, a reflexão de Marx é de uma atualidade notável:

“Quando a especulação se manifesta no final de um determinado ciclo comercial imediatamente antes do desastre, não se deve esquecer que a própria especulação tinha sido gerada nas fases anteriores do ciclo e é, em si, portanto, um resultado e um fenômeno e não causa final essencial. *Os economistas que explicam estes tremores regulares da indústria e do comércio como consequência da especulação se assemelham àquela escola já desaparecida de filósofos da natureza que veem na febre a verdadeira causa de todas as enfermidades.*”<sup>45</sup>

A semelhança com a qual grande parte da imprensa referiu-se (e ainda se refere) a crise atual é patente. Inclusive para parte da opinião dita *de esquerda*, a atual crise teria sido provocada pela “desregulamentação dos mercados”, à maneira preferida da retórica keynesiana, como se as crises

---

<sup>43</sup> ANDREUCCI, Franco. “A difusão e a vulgarização do marxismo.” In. HOBBSAWM, Eric. *História do Marxismo II*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982, p.30. O debate sobre a existência de uma teoria do colapso em Marx transcende esse contexto, atravessando o século XX. Um apanhado da questão até os anos setenta, cf. COLLETI, Lucio (org.). *El marxismo y el “derrumbe” del capitalismo*. 2ª ed. México: Siglo XXI, 1983.

<sup>44</sup> KRÄTKE, The first world economic crisis: Marx as an economic journalist, *op. cit.*

<sup>45</sup> MARX, Karl. La crisis comercial en Inglaterra. *Marx y Engels, escritos económicos menores*. Obras fundamentales II. México: Fondo de Cultura Económica, 1987, p.201, grifo nosso.

não fizessem parte do modo de ser da sociabilidade do valor, ou mesmo pudessem ser evitadas a partir de práticas regulacionistas. Do mesmo modo, a crise estrutural do capitalismo nos anos 1970 é até hoje comumente referida – mesmo na literatura de esquerda – a partir de termos como “choque do petróleo”, em interpretação na qual uma decisão política da OPEP (e em algumas versões racistas, “dos árabes”) é apresentada como a raiz de todos os problemas. Em suma, é como se as crises do capitalismo fossem todas resultado de decisões errôneas (ou irresponsáveis) dos “atores políticos relevantes”, sejam eles governos ou agentes do mercado.

Outro problema importante é certa tendência a creditar o impacto das crises econômicas quase como se estas tivessem uma relação *sincrônica* com a luta de classes, quando, por exemplo, se atribui a uma delas a ocorrência de uma revolução, ou mesmo o recrudescimento da luta de classes. Para os historiadores materialistas, esse último ponto é particularmente importante, já que, como vimos, embora existam indicações em passagens da obra marxiana que autorizam tal leitura, ao longo desse artigo discutimos como esse foi um ponto que o próprio Marx submeteu à revisão em sua obra madura.

Crises econômicas, em certas circunstâncias, podem, ao contrário de despertar a classe trabalhadora para a atividade política, levar a uma grande desorganização, em razão da debilidade das condições objetivas da classe, agravada pelo desemprego. Como assinala a historiografia, na Primeira República no Brasil, por exemplo, o impacto das crises cíclicas levavam à desaparecimento dos sindicatos mais combativos. Em outros contextos, em razão de equívocos de condução das organizações revolucionárias, recessões contribuíram para derrotas históricas, como ocorreu na Alemanha dos anos 1930, com a contrarrevolução nazista. Enquanto isso, a notável ativação da luta de classes nos anos 1960 ocorreu quando as condições econômicas eram francamente favoráveis à acumulação capitalista, e buscar uma crise econômica para coincidir com 1968, por exemplo, pode ser muito decepcionante.

Em síntese, esperar que uma crise econômica possa levar o capitalismo a conhecer sua *débâcle* está mais próximo a uma espera messiânica, e bem distante da aposta de Marx na revolução social. E apresentar o desenvolvimento do processo histórico como um mero desdobramento das flutuações econômicas constitui um equívoco que não condiz com a necessidade premente de retomar Marx como inspirador de uma historiografia crítica.